



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Analista Judiciário I

Concurso Público 2013

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

Direito

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se este caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas, você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - marcar na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente depois de decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar a folha de respostas, será eliminado do concurso.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **11/06/2013**, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tiam13>.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **12/06/2013** até as 23h59min do dia **13/06/2013**, observado o horário oficial, no endereço <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tiam13>, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Volta à polêmica sobre patente de remédios

Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada *pipeline* no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos, de modo que em vários casos o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito.

A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original. Por não embutirem os custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original, os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes.

A pesquisa para obtenção de novos medicamentos comprovadamente eficazes envolve somas elevadíssimas. Daí que geralmente as empresas que estão no topo da indústria farmacêutica são grandes grupos internacionais, ficando os laboratórios regionais mais voltados para a produção de genéricos e similares.

A necessidade de se remunerar o investimento realizado faz com que, não raramente, os remédios sejam caros em relação à renda da maioria das pessoas, e isso provoca conflitos de toda ordem, em especial nos países menos desenvolvidos, onde se encontram também as maiores parcelas da população que sofrem de doenças endêmicas, causadas por falta de saneamento básico, habitação insalubre, deficiências na alimentação etc. Muitas vezes para reduzir o custo da distribuição de medicamentos nas redes públicas os governos investem em laboratórios estatais, que se financiam com subsídios e verbas oficiais, diferentemente de empresas, que precisam do lucro para se manterem no mercado. Esse conflito chega em alguns momentos ao ponto de quebra de patente por parte dos países que se sentem prejudicados. O Brasil mesmo já recorreu a essa decisão extrema em relação ao coquetel de remédios para tratamento dos pacientes portadores do vírus HIV e dos que sofrem com a AIDS, chegando depois a um entendimento com os laboratórios.

O tema da quebra de patente voltou à tona depois que a Corte Superior da Índia não reconheceu como inovação um medicamento para tratamento do câncer que o laboratório suíço Novartis considera evolução do seu remédio original, Glivec. A patente foi reconhecida nos Estados Unidos e em outros 39 países, o que provocou a polêmica. O Brasil hoje é cauteloso nessa questão. Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados e permitido, inclusive, o desenvolvimento de novos medicamentos no país. A quebra de patente não pode ser banalizada.

(O Globo, 07/04/2013)

01

O fato motivador da produção do texto é

- (A) a banalização da quebra de patentes dos remédios.
- (B) as mudanças ocorridas na legislação das patentes de remédios.
- (C) a polêmica sobre um novo medicamento, na Índia.
- (D) a fabricação de genéricos e similares em países pobres.
- (E) a quebra de patente no caso da AIDS, no Brasil.

02

O ponto de vista prioritariamente defendido neste texto é o dos

- (A) governos de países pobres que se veem com problemas endêmicos de saúde.
- (B) laboratórios regionais de medicamentos, que se encarregam da fabricação de genéricos.
- (C) fabricantes da grande indústria farmacêutica internacional.
- (D) grupos de profissionais das redes públicas de saúde.
- (E) pesquisadores de medicamentos, que se dedicam à criação de remédios novos e veem seu trabalho desvalorizado.

03

O primeiro parágrafo do texto argumenta que *“em vários casos o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito”*.

Considerando somente o que está escrito no segmento acima, é correto concluir que

- (A) a proteção exclusiva é indispensável para a manutenção da pesquisa, embora os lucros ultrapassem de muito os investimentos nessa área.
- (B) os laboratórios não visam ao lucro, mas sim ao retorno dos investimentos feitos nas pesquisas.
- (C) o tempo reservado para a venda do produto com proteção exclusiva é suficientemente largo para a obtenção de lucros.
- (D) o tempo efetivo de venda exclusiva do produto é sempre menor do que o dedicado à sua pesquisa e criação.
- (E) todos os laboratórios de medicamentos recebem verbas públicas a fim de poderem manter sua qualidade de produção científica.

04

O texto justifica uma série de realidades na área de patentes de medicamentos. Nas alternativas a seguir, o *fato* e a *justificativa apresentada* casam perfeitamente, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Os preços dos genéricos e similares são mais baixos porque seus fabricantes não gastaram dinheiro em pesquisas.
- (B) Os genéricos não são tão eficientes em sua utilização porque só apresentam os princípios ativos dos remédios originais.
- (C) Os remédios são caros, em muitas vezes, em relação à renda da maioria das pessoas nos países menos desenvolvidos.
- (D) Casos de quebras de patentes provém do conflito entre necessidade social e preços dos medicamentos.
- (E) Os laboratórios necessitam de lucro na venda de medicamentos a fim de manterem o alto nível da pesquisa.

05

Após a leitura, é correto constatar que, segundo a opinião do autor do texto, o Brasil

- (A) já praticou a quebra de patente, mas sua posição foi reconhecida como justa pelos laboratórios.
- (B) não pretende banalizar a quebra de patente e se comprometeu a respeitar os acordos internacionais.
- (C) reconhece a necessidade de investimentos maiores na área de laboratórios estatais.
- (D) atua de forma cuidadosa, já que, como país menos desenvolvido, necessita de medicamentos mais baratos e de laboratórios de qualidade.
- (E) tem trabalhado no sentido de revolucionar a indústria farmacêutica no país, produzindo medicamento inclusive para exportação.

06

A polêmica sobre o medicamento, referida no último parágrafo do texto, se concentra entre

- (A) necessidade X custo.
- (B) público X privado.
- (C) inovação X continuidade.
- (D) criação X plágio.
- (E) investimento X subvenção.

07

Nas alternativas a seguir, os vocábulos ou expressões sublinhados nas duas ocorrências apresentam o mesmo valor semântico, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) “o laboratório terá efetivamente cerca de seis anos de proteção exclusiva para obter no mercado o retorno do investimento feito”. / “A pesquisa para obtenção de novos medicamentos comprovadamente eficazes envolve somas elevadíssimas”.
- (B) “os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca” / “Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados”.
- (C) “Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto” / “o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos”.
- (D) “...para tratamento dos pacientes portadores do vírus HIV e dos que sofrem com a AIDS” / “...chegando depois a um entendimento com os laboratórios”.
- (E) “chegando depois a um entendimento com os laboratórios” / “O tema da quebra de patente voltou à tona depois que a Corte Superior da Índia não reconheceu como inovação um medicamento para tratamento do câncer”.

08

“Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos, de acordo com regras internacionais aceitas por muitos países. Esse prazo inclui a fase final de desenvolvimento dos medicamentos, chamada pipeline no jargão técnico. Muitas vezes, esse período até o lançamento comercial do produto pode levar até quatro anos...”.

O emprego da forma pronominal “esse”, nos casos sublinhados, se justifica por que

- (A) se refere a um termo anterior localizado contextualmente mais distante que outro.
- (B) se liga a fatos cronologicamente distantes.
- (C) se prende a um elemento anterior citado mais proximamente à ocorrência do pronome.
- (D) se relaciona a um elemento textual mais próximo do leitor que do enunciador do texto.
- (E) se conecta com elementos anteriormente citados de forma a estabelecer coesão textual.

09

Assinale a frase que **não** apresenta uma forma verbal na voz passiva.

- (A) “Patentes de medicamentos geralmente são reconhecidas pelo prazo de dez anos...”.
- (B) “A quebra de patente não pode ser banalizada”.
- (C) “Optou por uma atitude mais pragmática, que tem dado bons resultados...”.
- (D) “A patente foi reconhecida nos Estados Unidos e em outros 39 países...”.
- (E) “os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos”.

10

“A partir da perda de validade da patente, o medicamento estará sujeito à concorrência de produtos similares e genéricos que contenham princípios ativos encontrados no original”.

Assinale a alternativa que traz uma afirmação adequada sobre os componentes desse fragmento do texto.

- (A) A expressão “a partir de” indica uma ideia de causa.
- (B) A presença do acento grave da crase é fruto da união de duas ocorrências do artigo definido feminino singular “a”.
- (C) “produtos similares” e “genéricos” se referem a produtos idênticos.
- (D) O pronome relativo “que” refere-se exclusivamente a “genéricos”.
- (E) A forma do subjuntivo “contenham” indica uma possibilidade.

11

“Por não embutirem os custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original, os genéricos e similares podem ser lançados a preços mais baixos do que os dos medicamentos de marca, que, no período de proteção exclusiva, tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor e dos médicos que os prescrevem para seus pacientes”.

Assinale a alternativa em que o sinônimo proposto para o vocábulo ou expressão sublinhada está adequado.

- (A) Por / apesar de.
- (B) mais baixos / menos reduzidos.
- (C) de marca / conhecidos.
- (D) no período de / mediante.
- (E) prescrevem / recomendam.

12

Assinale a alternativa em que a modificação de uma frase verbal para uma frase nominal foi realizada de forma **equivocada**.

- (A) “para obter no mercado o retorno do investimento feito” / para a obtenção no mercado do retorno do investimento feito.
- (B) “Por não embutirem os custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original” / pelo não embutimento dos custos de pesquisa e desenvolvimento do produto original.
- (C) “tiveram a oportunidade de conquistar a confiança do consumidor” / tiveram a oportunidade de conquista da confiança do consumidor.
- (D) “A necessidade de se remunerar o investimento realizado” / A necessidade de remuneração do investimento realizado.
- (E) “Muitas vezes para reduzir o custo da distribuição de medicamentos” / Muitas vezes para o reducionismo do custo da distribuição de medicamentos.

13

O termo sublinhado que desempenha uma função diferente da dos demais, é

- (A) patentes de medicamentos.
- (B) desenvolvimento dos medicamentos.
- (C) lançamento comercial do produto.
- (D) distribuição de medicamentos.
- (E) tratamento do câncer.

14

Por sua estrutura global, o texto é caracterizado, prioritariamente como

- (A) informativo.
- (B) narrativo.
- (C) publicitário.
- (D) argumentativo.
- (E) descritivo.

15

“A necessidade de se remunerar o investimento realizado faz com que, não raramente, os remédios sejam caros em relação à renda da maioria das pessoas, e isso provoca conflitos de toda ordem, em especial nos países menos desenvolvidos, onde se encontram também as maiores parcelas da população que sofrem de doenças endêmicas, causadas por falta de saneamento básico, habitação insalubre, deficiências na alimentação etc.”

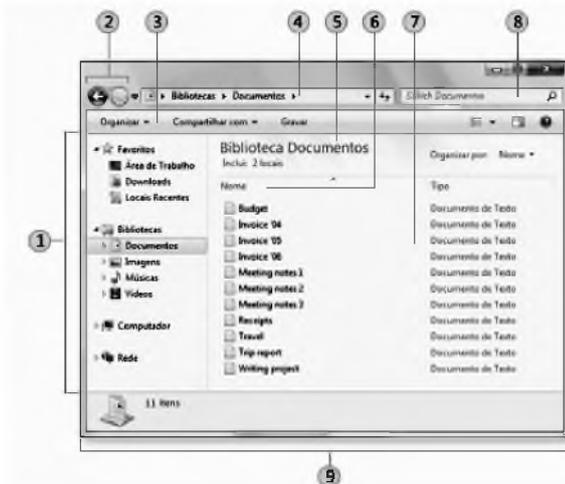
Assinale a alternativa que justifica corretamente o emprego de vírgulas.

- (A) As vírgulas na expressão “não raramente” mostram a presença de um aposto explicativo.
- (B) A vírgula após o vocábulo “pessoas” se deve à presença da conjunção E a seguir.
- (C) As vírgulas no segmento “em especial nos países menos desenvolvidos” indicam um termo intercalado.
- (D) A vírgula após “endêmicas” assinalam a necessidade de se evitar uma ambiguidade.
- (E) As vírgulas entre os vocábulos na penúltima linha do fragmento destacado se devem à presença de vocativos.

Noções de Informática

16

A figura ilustra a janela do Windows Explorer.



Os componentes identificados pelos números 1 e 4 são denominados, respectivamente:

- (A) Painel de navegação e Barra de endereços
- (B) Painel de navegação e Barra de ferramentas
- (C) Painel da biblioteca e Barra de endereços
- (D) Painel de detalhes e Barra de ferramentas
- (E) Painel de detalhes e Barra de endereços

17

O MS Word 2010 BR para Windows oferece diversos recursos para a correção do texto digitado. Dentre esses recursos, o atalho de teclado Shift + F3 deve ser utilizado com a finalidade de

- (A) alterar o texto de minúsculo para maiúsculo e vice-versa.
- (B) alterar o texto de subscripto para sobrescrito e vice-versa.
- (C) alterar o texto configurado em uma coluna para duas colunas e vice-versa.
- (D) alterar o texto com determinado espaçamento vertical em outro e vice-versa.
- (E) alterar o texto com fonte de determinado tamanho para outro maior e vice-versa.

18

A figura a seguir ilustra um equipamento especificado como Impressora multifuncional Epson Wireless 4532.



Tendo por foco a especificação desse equipamento, pode-se concluir que

- (A) imprime com velocidades de até 4532 bps.
- (B) gera listagens impressas a laser.
- (C) suporta comunicação sem fios.
- (D) possui capacidade de armazenamento de 4532 GB.
- (E) é conectada a um microcomputador por meio da interface PCI-Express.

19

Um funcionário do Tribunal de Justiça do Amazonas, seleciona a pasta C:\TJ_AM no Windows Explorer, na qual estão armazenados diversos arquivos armazenados, e executa o atalho de teclado Ctrl + A. Esse atalho de teclado gera o seguinte resultado:

- (A) Exclui todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM de forma permanente.
- (B) Transfere todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM para a Lixeira.
- (C) Ordena todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM por nome.
- (D) Classifica todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM por data.
- (E) Seleciona todos os arquivos armazenados na pasta C:\TJ_AM.

20

Um funcionário do Tribunal de Justiça do Amazonas digitou um texto no Word 2010 BR para Windows. Para corrigir alguns aspectos no texto, executou os procedimentos listados a seguir.

- Selecionou o título, configurado na cor preta, e acionou o ícone IC_1 para aplicar a cor azul;
- Selecionou o segundo parágrafo e acionou o ícone IC_2 para aumentar o nível de recuo do parágrafo.

Os ícones IC_1 e IC_2 são, respectivamente:

- (A) e
- (B) e
- (C) e
- (D) e
- (E) e

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

21

Com relação ao *Mandado de Injunção* impetrado por servidor público estadual dirigido contra a omissão legislativa em regulamentar a aposentadoria especial dos servidores (CRFB, Art. 40, § 4º), assinale a afirmativa correta.

- (A) Deve ser impetrado em face do Estado ao qual se vincule o servidor.
- (B) Deve ser impetrado em face da União.
- (C) Não é cabível no caso, por se tratar de matéria a ser regulamentada por lei complementar.
- (D) Terá como consequência a determinação para que o Estado legisle sobre o tema.
- (E) Apesar de cabível, em tese, não é necessário que o servidor o impetire, uma vez que há decisões anteriores do STF com caráter *erga omnes*.

22

O *Poder Constituinte Reformador* encontra limites na ordem constitucional vigente.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Como limites temporais, a Constituição não pode ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de sítio ou durante o recesso parlamentar.
- (B) Todas as limitações ao Poder Constituinte Reformador encontram-se expressas no texto constitucional.
- (C) A Constituição de 1988 não admitiu, em hipótese alguma, alteração constitucional tendente a substituir o sistema presidencialista pelo parlamentarista.
- (D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta durante o mesmo mandato parlamentar.
- (E) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico e os direitos e garantias individuais.

23

A competência para apreciar litígios envolvendo o particular e a entidade de previdência complementar fechada, patrocinada pelo seu empregador, é

- (A) da Justiça comum dos Estados.
- (B) da Justiça do Trabalho.
- (C) da Justiça Federal.
- (D) das Câmaras de Conciliação Prévia.
- (E) Originária do Superior Tribunal de Justiça.

24

As alternativas a seguir apresentam atribuições do Presidente da República, à **exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A escolha de dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- (B) O veto a projetos de lei de iniciativa popular.
- (C) Dispor, mediante decreto, sobre a extinção de cargos públicos vagos.
- (D) Decretar intervenção federal.
- (E) A celebração de tratados internacionais que disponham em sentido contrário à legislação vigente.

25

Sobre o direito à propriedade, a Constituição consagra diversos dispositivos. Com relação às previsões da Lei Maior, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autoridade poderá usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, mediante prévia e justa indenização em dinheiro ao proprietário.
- (B) A impenhorabilidade da pequena propriedade rural, conforme definição em lei, para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, desde que trabalhada pela família.
- (C) A propriedade imaterial dos autores de inventos industriais garante-lhes privilégio vitalício para sua utilização.
- (D) A desapropriação de imóveis urbanos subutilizados ou não utilizados é sempre precedida de indenização justa e em dinheiro.
- (E) A proteção constitucional ao direito de herança não abrange a sucessão de estrangeiros.

26

Acerca das competências do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) É competente para a homologação das sentenças estrangeiras, uma vez que é o Tribunal que julga as questões internacionais do país.
- (B) Cabe recurso extraordinário quando a decisão recorrida, em única ou última instância, julgar válida lei local contestada em face de lei infraconstitucional federal.
- (C) Nem mesmo por Emenda à Constituição podem ser alteradas as hipóteses de competência do STF, por significar violação à separação dos poderes.
- (D) Pode ser criada nova hipótese de competência do Supremo Tribunal Federal por lei complementar.
- (E) Compete ao Supremo processar e julgar as ações contra o Conselho Nacional de Justiça, mas não contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

27

Com relação ao Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e filiação obrigatória, assinale a afirmativa correta.

- (A) É assegurada a aposentadoria, neste regime, após trinta anos de contribuição, para os homens e vinte e cinco para as mulheres, independente da idade.
- (B) Exige-se, para a concessão da aposentadoria, que o trabalhador tenha o tempo de contribuição e a idade mínima previstos na Constituição.
- (C) É garantido que os benefícios de aposentadoria concedidos aos trabalhadores rurais podem ser inferiores a um salário mínimo se eles não tiverem contribuído por todo o tempo necessário à obtenção do benefício em valor integral.
- (D) É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, como segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência, embora ela possa ser contribuinte obrigatória de ambos os regimes, caso exerça duas atividades simultaneamente.
- (E) Incumbe ao próprio empregador continuar pagando os salários dos seus trabalhadores que se encontrem doentes, por todo o tempo necessário ao seu restabelecimento, uma vez que a situação de doença não é amparada pelo regime geral de previdência social.

28

Servidor público estadual pleiteia aposentadoria junto ao órgão no qual trabalhou durante todo o período como servidor. Seis meses depois, o requerimento é indeferido, e é negado o seu pedido de acesso ao processo administrativo.

Nessa hipótese, para ter acesso ao processo administrativo, o servidor deverá

- (A) impetrar *habeas data*.
- (B) impetrar *habeas corpus*.
- (C) impetrar mandado de segurança.
- (D) impetrar mandado de injunção.
- (E) apresentar, com antecedência, recurso administrativo contra o indeferimento do pedido de vista.

29

Com relação às previsões constitucionais sobre ciência e tecnologia (Artigos 218 e 219), assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de normas programáticas que não trazem qualquer dispositivo autoaplicável para os Estados.
- (B) União, Estados, Distrito Federal e municípios somente podem vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica até o limite definido em lei complementar.
- (C) A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas regionais, uma vez que a Constituição prioriza o desenvolvimento igualitário de todas as regiões.
- (D) Dos entes federativos, apenas a União pode vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- (E) A Constituição prevê o estímulo à autonomia tecnológica do país, o que dá amparo às leis que prevejam benefícios para as empresas que invistam em pesquisa e criação de tecnologia.

30

O controle judicial da constitucionalidade das leis ganhou notável espaço com a Constituição de 1988, uma vez que ela ampliou o rol de legitimados e as formas de controle.

A respeito do tema *controle de constitucionalidade*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há inconstitucionalidade formal superveniente, de modo que se consideram recepcionadas leis ordinárias anteriores à Constituição que disponham sobre matérias que, desde a Carta de 1988, são reservadas à lei complementar.
- (B) As leis do período do regime militar, que dispõem em sentido hoje incompatível com a Constituição, podem ser objeto de controle de constitucionalidade, por meio de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) A improcedência da ação declaratória de constitucionalidade não equivale à declaração de inconstitucionalidade em sede de ação direta, uma vez que não possui eficácia contra todos e efeitos vinculantes.
- (D) O controle concentrado e por via principal da inconstitucionalidade por omissão dá-se por meio da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e do mandado de injunção.
- (E) O vício de iniciativa no processo legislativo não enseja o controle de constitucionalidade da norma, porque a ofensa à Constituição dá-se de forma reflexa.

Direito Administrativo

31

Com relação ao sentido da expressão Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Administração Pública, em sentido formal, relaciona-se à pessoa que executa atividades da administração.
- II. Administração Pública, em sentido material, relaciona-se à atividade administrativa desempenhada pelo Estado.
- III. Administração Pública, em sentido subjetivo, relaciona-se às pessoas jurídicas que executam a Administração Pública em sentido objetivo, às atividades de execução desempenhadas pelo Estado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e a III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e a III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

A administração, revendo interpretação de determinada lei, suprimiu direitos adquiridos por servidores.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A atitude é correta pois a administração pode agir da forma mencionada com base na autotutela.
- (B) A administração agiu corretamente com base no princípio da indisponibilidade do interesse público.
- (C) A administração agiu corretamente com base no princípio da impessoalidade.
- (D) A administração agiu corretamente com base no princípio da supremacia do interesse público.
- (E) A administração agiu incorretamente, pois violou a segurança jurídica.

33

A Administração Pública encontra-se sujeita a várias formas de controle.

Com relação às formas de controle sobre a administração, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle judicial tem como principal função assegurar a legalidade da atuação da administração pública.
- (B) O judiciário poderá rever o mérito administrativo quando esse se mostrar inconveniente ou inoportuno, a critério do juiz.
- (C) A palavra final sobre as contas do chefe do executivo em todas as esferas federativas pertence ao tribunal de contas que emite o parecer conclusivo sobre essas contas.
- (D) As decisões judiciais possibilitam a revogação e a anulação de atos da administração pública.
- (E) O legislativo apenas exerce controle prévio sobre a administração pública, o controle sobre a administração é posteriormente exercido pelo tribunal de contas e pelo judiciário.

34

Em regra, o poder regulamentar deve ser exercido pelo chefe do Executivo, tendo como base de sustentação uma lei prévia. No entanto, a Constituição da República permite que o Presidente da República faça uso do chamado *decreto autônomo*, que é editado sem fundamento em uma lei anterior.

Assinale a alternativa que apresenta o caso em que esse decreto poderá ser utilizado sem que se configure uma ofensa à separação de poderes.

- (A) Na criação de cargos públicos.
- (B) Na criação de órgãos públicos.
- (C) Na extinção de órgãos e cargos públicos vagos.
- (D) Na extinção de cargos públicos vagos.
- (E) Na alteração da organização da administração pública, ainda que haja aumento de despesas e desde que não haja a extinção ou criação de órgãos.

35

A Constituição Federal trouxe em seu corpo uma disciplina específica sobre a questão do concurso público para o ingresso na Administração Pública.

Tendo como base o regramento constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ingresso em qualquer cargo, emprego ou função pública depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.
- (B) O ingresso em cargo público de provimento efetivo depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos ao contrário do ingresso em cargos em comissão e a empregos públicos.
- (C) O ingresso em emprego público depende de concurso público, ao contrário do que ocorre com o cargo em comissão que é de livre nomeação e exoneração.
- (D) O ingresso em cargos e empregos públicos depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, ao contrário do cargo em comissão de livre nomeação e livre demissão.
- (E) O ingresso em cargos, empregos e funções públicas é livre aos estrangeiros nas mesmas condições aplicáveis aos brasileiros, segundo expressa disposição constitucional.

36

A Lei n. 8.429/92 dispõe a respeito dos atos de improbidade administrativa, sendo objeto de regramento constitucional.

A esse respeito, assinale a alternativa que dispõe corretamente sobre a disciplina da *improbidade administrativa* no ordenamento jurídico brasileiro.

- (A) Para se configurar o ato de improbidade administrativa é necessário que haja prejuízo ao erário público.
- (B) A lei de improbidade administrativa apenas é aplicável aos agentes públicos, únicos que podem praticar ou concorrer para a prática do ato de improbidade administrativa.
- (C) Uma vez transferido ao seu sucessor o patrimônio do agente público que tenha cometido ato de improbidade, a ação de ressarcimento fica prejudicada.
- (D) Uma vez sancionado o agente público por ato de improbidade administrativa não poderá sofrer sanção penal pelo mesmo fato sob pena de *bis in idem*.
- (E) Os atos que causem prejuízo ao erário exigem dolo ou culpa para serem considerados atos de improbidade administrativa.

37

A responsabilidade civil do Estado atualmente é regida pela teoria do risco administrativo. Embora a questão seja controvertida, parte da doutrina aceita aplicar, em alguns casos, a *teoria do risco integral*.

A respeito dessa teoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado apenas deixaria de indenizar provando-se culpa exclusiva da vítima.
- (B) Não há excludentes de responsabilização; havendo relação entre o dano e a atividade desenvolvida a indenização se impõe.
- (C) Havendo fortuito ou força maior, o Estado deixaria de indenizar.
- (D) As mesmas excludentes do risco administrativo são aplicáveis ao risco integral, mas nesse caso não se exige a prova de dolo ou culpa ao contrário do primeiro.
- (E) O risco integral é uma teoria objetiva, ao contrário do risco administrativo de índole subjetiva.

38

A Administração Pública, ao desempenhar suas atribuições com a finalidade de atender ao interesse público, pode usar o Poder Hierárquico e o Poder de Polícia.

Em relação a esses poderes, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Poder Hierárquico tem incidência sobre os agentes que se encontram dentro na Administração Pública em relação de subordinação dentro da mesma pessoa jurídica.
- II. o Poder de Polícia incide de forma geral sobre toda a coletividade.
- III. o Poder Hierárquico será aplicado na relação entre uma autarquia e o ente criador.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

39

Com relação à *exequibilidade do Ato Administrativo*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato pode ser pendente e eficaz.
- (B) O ato pode ser perfeito e ineficaz.
- (C) O ato pode ser imperfeito e pendente.
- (D) O ato pode ser imperfeito e exaurido.
- (E) O ato pode ser pendente e exaurido.

40

A responsabilidade civil da Administração Pública tem como fundamento jurídico o Art. 37, § 6º da CF, que consagra a teoria do risco administrativo.

Assinale a alternativa que indica as pessoas que são sujeitas à responsabilização pelo mencionado dispositivo.

- (A) Toda a administração direta e indireta.
- (B) Apenas a administração indireta.
- (C) Apenas as pessoas jurídicas prestadoras de serviço público.
- (D) Apenas a administração direta.
- (E) Apenas a administração direta, as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas privadas prestadoras de serviço público.

Direito Civil e Processual Civil

41

José funcionou como perito em determinado processo que foi extinto com resolução do mérito em razão da rejeição do pedido do autor. Não foram interpostos recursos, a sentença transitou em julgado e o processo foi arquivado. José não recebeu seus honorários anteriormente aprovados por decisão judicial e ingressou com ação própria a fim de recebê-los.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. O crédito de perito aprovado por decisão judicial constitui título executivo extrajudicial e José poderá se valer do processo de execução para promover a execução forçada.
- II. José deverá ingressar primeiro com liquidação dos honorários que se fará, necessariamente, por arbitramento.
- III. Trata-se de título executivo judicial e José pode iniciar a fase de cumprimento de sentença.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

42

Considerando os conceitos de vigência, validade e eficácia, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A norma, durante o período da *vacatio legis*, apesar de válida, ainda não é vigente
- (B) A norma pode ter eficácia, apesar de não ter validade, nem vigência.
- (C) A norma revogada deixa apenas de ter vigência e eficácia.
- (D) A norma de eficácia limitada, apesar de possuir eficácia jurídica, não possui plena eficácia técnica.
- (E) A norma possui eficácia social quando presentes as condições fáticas necessárias para o seu cumprimento.

43

A empresa Y ingressou com ação para execução de título extrajudicial, consubstanciado em documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas, em face da Empresa X. Simultaneamente, a empresa X ajuizou ação de conhecimento em face da Empresa Y, arguindo inadimplemento na obrigação de entrega de coisa. As ações tramitavam perante juízos distintos.

Com base na situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para a reunião dos processos por conexão, tendo a mesma competência territorial, torna-se prevendo o juízo onde se processou a primeira citação válida.
- (B) A execução da empresa Y poderá prosseguir ainda que não tenha ocorrido o termo previsto no contrato, desde que o título seja líquido.
- (C) A reunião dos processos que se relacionam por conexão se dá no momento da distribuição, que deverá ser feita por dependência, o que não cabe no caso narrado no qual se operou a preclusão.
- (D) Tratando-se de juízos que detêm a mesma competência territorial, para a união dos processos por conexão, considera-se prevendo aquele que despachou em primeiro lugar.
- (E) É cabível a fixação de multa diária ao réu na sentença que decidir a obrigação para entrega de coisa, mas desde que isso tenha sido expressamente requerido pela parte autora.

44

O oficial de justiça procedeu à realização de penhora de determinado bem, sendo o executado regularmente intimado da penhora nos termos da lei.

Nesse caso,

- (A) o demandado poderá, no prazo de dez dias depois de intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprovado que lhe será menos onerosa e que não ensejará prejuízo algum ao exequente.
- (B) as etapas e os procedimentos expropriatórios deverão ser obedecidas, depois de transcorrido o prazo para manifestação do executado, não se admitindo qualquer forma de alienação antecipada dos bens penhorados.
- (C) a penhora de crédito representada pela duplicata, cheque e outros títulos, será feita, em regra, pela via do protesto junto ao Tabelionato de Notas competente, sendo expressamente dispensada a apreensão do título.
- (D) a segunda penhora, em qualquer hipótese, poderá ser realizada desde que expressamente requerida pela parte, não podendo o juiz agir de ofício.
- (E) a penhora será considerada feita com a apreensão dos bens e lavratura do auto, já que o depósito dos bens deverá ser diligenciado somente depois de o credor, regularmente intimado, indicar depositário.

45

A sentença que determina o cumprimento de obrigação por quantia certa, o demandado deixa de cumprir espontaneamente a decisão.

Neste caso, as afirmativas a seguir estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A impugnação ao cumprimento de sentença terá sempre o efeito suspensivo, não se admitindo, portanto, a execução provisória do julgado.
- (B) Sendo a sentença parte líquida e parte ilíquida, poderá o credor simultaneamente promover a execução da primeira e liquidar, em autos apartados, a segunda.
- (C) A execução poderá ser requerida no prazo de seis meses e caso não o seja, o juiz determinará o arquivamento dos autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.
- (D) A impugnação poderá versar sobre causa extintiva da obrigação como a novação, compensação ou transação, mas desde que superveniente à sentença.
- (E) O excesso na execução, a penhora incorreta, a avaliação errônea e ainda, a falta ou nulidade da citação podem ser objeto da impugnação, se o processo correu à revelia.

46

A respeito da *abertura da sucessão* e da *aceitação da herança*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Caso o herdeiro seja casado, a aceitação de herança independe da anuência do seu cônjuge.
- (B) Opera-se a transmissão imediata da propriedade, da posse dos bens e das dívidas do *de cuius*, no momento da abertura da sucessão, independentemente da vontade e do conhecimento dos herdeiros.
- (C) O período entre a abertura da sucessão e a aceitação da herança é denominado delação.
- (D) O direito de aceitar ou renunciar à herança tem natureza de direito subjetivo.
- (E) O direito positivo brasileiro veda, expressamente, ao sucessor por um mesmo e único título, a aceitação parcial da herança.

47

Determinada ação de conhecimento foi ajuizada por Miguel em face de Jarbas. Ao despachar a petição inicial, o juiz deferiu os efeitos parciais da tutela pretendida. Jarbas foi regularmente citado. Em audiência de instrução e julgamento, Jarbas interpôs agravo e, em sentença, o juiz julgou procedente o pedido. A parte vencida ingressou com apelação que, uma vez recebida pelo juízo *a quo*, foi remetida ao Tribunal para apreciação do recurso.

Partindo dessa narrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Após o recurso de apelação ser interposto, qualquer medida cautelar que venha a ser proposta deverá ser dirigida ao juízo *a quo*.
- II. É lícito à parte interessada promover a execução provisória da sentença caso a apelação tenha sido recebida só no efeito devolutivo.
- III – Jarbas poderia ter interposto o agravo, sujeito a preparo, contra decisão prolatada na audiência de instrução e julgamento no prazo de quinze dias.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

48

Para assegurar a efetividade do direito de Joaquim que move ação em face de Tomás, o advogado do autor poderá se valer de medidas cautelares, aptas a salvaguardar direitos quando presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

A respeito dessa tutela de urgência, prevista no Livro III do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A medida cautelar conservará sua eficácia ainda que haja suspensão do processo principal, salvo se houver decisão judicial em contrário.
- (B) A exibição de documentos, medida cautelar típica, poderá ser ajuizada no curso do processo principal ou em caráter preparatório, sempre pela via de processo autônomo apensado ao principal.
- (C) O arresto pode cessar pela transação ou nela novação e se resolve em penhora quando julgada procedente a ação principal.
- (D) A apelação interposta contra sentença que decidir processo cautelar será recebida somente no efeito devolutivo.
- (E) O recurso especial interposto contra decisão interlocutória em processo cautelar ficará retido nos autos e somente será processado se requerido pela parte interessada na oportunidade de recorrer da decisão final ou contra-arrazoar.

49

A respeito dos contratos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O direito positivo brasileiro prevê a liberdade de forma para realização dos contratos, por expressa previsão legal.
- II. Nos negócios jurídicos *ad probationem*, a forma é considerada requisito de validade, podendo o negócio ser considerado inválido.
- III. A regra da liberdade de forma só admite exceções expressamente previstas em lei.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

50

Determinado lote de bens penhorados para garantir o pagamento na execução por quantia certa foi levado à hasta pública.

Quanto a esse instituto de expropriação, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A alienação dos bens em hasta pública é o mecanismo preferencial da expropriação e, somente se não houver lance e arrematação, o credor poderá se valer da adjudicação dos bens.
- () O edital de hasta pública conterà o valor do bem e o lugar onde se encontram os semoventes e, sendo direito e ação, os autos do processo em que foram penhorados.
- () É dispensada a publicação de editais se o valor dos bens penhorados não exceder sessenta vezes o salário mínimo vigente na data da avaliação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, V e F.

51

Pedro está obrigado a dar uma vaca leiteira, avaliada em R\$ 50.000,00, a dois credores, Maria e João. Maria remite a dívida e João exige a entrega do animal.

Considerando o contexto fático narrado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Por se tratar de obrigação indivisível, Maria não poderia remitir a dívida sem a anuência de João.
- II. João somente poderá exigir a entrega da vaca se pagar R\$ 25.000,00 a Pedro.
- III. A remissão de parte da dívida realizada por Maria tem o condão de acarretar a extinção da obrigação da entrega da vaca a João.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

52

Carlos e Andréa estão obrigados a entregar um cavalo da espécie Manga Larga Marchador a Manoel. Porém, na véspera da entrega, Carlos, por descuido, deixa o portão aberto, o cavalo foge e tenta atravessar um rio próximo à propriedade, morrendo afogado.

Considerando o contexto fático narrado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A obrigação deixa de ser indivisível, pois houve conversão da prestação originária.
- II. Andréa e Carlos estão obrigados ao pagamento de suas cotas e das perdas e danos.
- III. Manoel pode escolher o devedor a ser acionado para requerer o ressarcimento em perdas e danos, pois há pluralidade de credores.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa I estiver correta.

53

Maria emprestou R\$ 5.000,00 para Cláudia. Uma semana antes do vencimento da obrigação, Cláudia procura Maria propondo que o pagamento seja feito por meio de uma cessão do crédito a alimentos que ela possui com José (pai de Cláudia), avaliado em R\$ 20.000,00.

A partir da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é possível a cessão de créditos, pois o direito a alimentos é incessível por expressa vedação legal.
- (B) Não é possível a cessão de créditos, pois o valor devido por Maria é menor do que o crédito que ela tem com José.
- (C) Somente será possível a cessão de créditos, caso José concorde com a substituição da credora.
- (D) Somente será possível a cessão de créditos após o vencimento da dívida, por expressa determinação legal.
- (E) Somente será possível a cessão de créditos, caso Maria tenha alguma relação de parentesco com José.

54

Raquel e Rogério estão apaixonados e resolvem se casar. João, amigo de infância de Rogério, tomando conhecimento da intenção de Rogério, diz ao casal que, por ser Juiz de Direito na Comarca de X, pode celebrar o casamento deles e que se encarregaria dos trâmites do registro.

Um ano após a celebração do casamento, Raquel e Rogério, ostentando a condição de marido e mulher, mas não portando a certidão de casamento, descobrem que João era apenas técnico de informática na cidade de X e que havia mentido para o casal.

Considerando o contexto fático narrado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Trata-se de casamento putativo, pois houve manifestação da vontade livre e de boa-fé do casal.
- II. O casamento é inexistente, em razão da ausência de um dos seus elementos constitutivos.
- III. O casamento é nulo, pois houve erro quanto à pessoa do celebrante.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente a afirmativa III estiver correta.

55

A respeito do *testamento*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Se o testamento for considerado nulo, os bens que haviam sido deixados para terceiros não poderão ser destinados aos herdeiros legítimos, pois se deve respeitar a vontade do testador.
- (B) O testador pode excluir determinado objeto da cota hereditária de um herdeiro testamentário.
- (C) O direito positivo brasileiro admite o direito de representação na sucessão testamentária.
- (D) O testamento é considerado rompido, se o testador dispuser de sua metade, incluindo os herdeiros necessários de cuja existência sabia.
- (E) A revogação do testamento só pode ser total e deve ser realizada pelo mesmo modo e forma como pode ser feito o testamento.

Direito Penal e Processual Penal

56

João teve apreendido seu veículo pela financeira por falta de pagamento. Não podendo ficar sem o carro para o cumprimento de suas atividades diárias, resolve certa noite se dirigir a um restaurante conhecido da cidade e, fingindo ser manobrista, recebe do proprietário a respectiva chave e, em seguida, desaparece com o carro sendo o fato registrado pelo lesado na delegacia da área.

Dias depois, o fato é descoberto e o carro recuperado, não sofrendo o lesado qualquer prejuízo patrimonial.

A conduta de João tipifica o crime de

- (A) furto mediante fraude.
- (B) estelionato.
- (C) apropriação indébita.
- (D) furto tentado.
- (E) estelionato tentado.

57

No tocante aos princípios constitucionais orientadores do estudo da Teoria do Crime, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O *princípio da intervenção mínima* abrange os princípios da subsidiariedade e da fragmentariedade.
- (B) O *princípio da dignidade humana* atua como uma espécie de "superprincípio", devendo toda norma jurídica nele se escorar.
- (C) O *princípio da adequação social* serve de base de interpretação da norma, além de orientar o legislador para eventual revogação do tipo penal.
- (D) O *princípio da insignificância* autoriza o afastamento da tipicidade material.
- (E) O *princípio da alteridade* permite a punição do agente por conduta sem condições de atingir direito de terceiros.

58

A doutrina costuma classificar os crimes de acordo com suas características, gravidade, *modus operandi*, resultado, etc.

Diante desta classificação doutrinária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nos *crimes materiais* o tipo descreve uma conduta e um resultado, não exigindo que este se produza para sua consumação.
- (B) Nos *crimes formais* o tipo descreve apenas uma conduta, não fazendo qualquer referência ao resultado, que não existe no campo naturalístico.
- (C) Nos *crimes de perigo concreto*, a consumação apenas reclama a prática da conduta proibida.
- (D) Nos *crimes permanentes* a consumação se protraí no tempo enquanto desejar o agente.
- (E) Nos *crimes a prazo* a lei exige 30 dias para a sua consumação.

59

No tocante à *aplicação da lei penal*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Lei penal extrativa é aquela que produz efeitos fora de seu período de vigência, podendo ser ultrativa ou retroativa.
- (B) A *abolitio criminis* é causa de extinção da punibilidade.
- (C) A *novatio legis in melius* é retroativa, salvo quando já houve o trânsito em julgado da decisão condenatória respectiva.
- (D) Em se tratado de crime permanente, aplica-se a lei vigente no momento em que cessou a permanência, ainda que se trate de lei penal mais gravosa.
- (E) No caso de *abolitio criminis*, cessam os efeitos penais do fato praticado, persistindo os civis.

60

Com relação à *lei penal no espaço*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A legislação penal brasileira adota o princípio da territorialidade absoluta.
- (B) Aplica-se a lei penal brasileira aos crimes praticados em aeronave pública brasileira ainda que esteja em território estrangeiro.
- (C) As embaixadas estrangeiras não são consideradas território estrangeiro, aplicando-se a lei brasileira nos crimes praticados no seu interior, salvo quando o autor for agente diplomático ou possua imunidade diplomática.
- (D) São princípios empregados para solucionar a regra da extraterritorialidade: personalidade ou nacionalidade, domicílio, defesa, justiça universal, representação ou da bandeira.
- (E) Para fins de Direito Penal, o conceito de território não se restringe à área limitada pelas fronteiras brasileiras.

61

Observada a doutrina majoritária brasileira no estudo da teoria do crime, analise as afirmativas a seguir.

- I. O fato típico é composto da conduta humana dolosa ou culposa, resultado, nexo causal e tipicidade.
- II. A força irresistível, o movimento reflexo e a coação moral irresistível, são hipóteses de ausência de conduta.
- III. A força física absoluta que exclui a conduta pode ser proveniente da natureza ou da ação de um terceiro.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

62

Sobre as *nulidades no processo penal*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- (B) Nenhuma das partes poderá arguir a nulidade a que haja dado causa, ou para qual tenha concorrido, ou referente à formalidade cuja observância só a parte contrária interesse.
- (C) Não será declarada a nulidade de ato processual que não há houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- (D) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios.
- (E) A falta do exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é causa de nulidade, não admitindo que seja sanada de qualquer forma.

63

Paulo, querendo matar Lucia, vem a jogá-la da janela do apartamento do casal. A vítima na queda não vem a falecer, apesar de sofrer lesões graves, tendo caído na área do apartamento térreo do prédio. Naquele local, vem a ser atacada por um cão raivoso que lhe causa diversas outras lesões que foram à causa de sua morte.

De acordo com o caso apresentado e as lições acerca da teoria do crime, assinale a afirmativa correta.

- (A) Paulo deverá responder por homicídio consumado, porque realizado o resultado por ele desejado desde o início.
- (B) Paulo deverá responder por lesão corporal grave, em razão da quebra do nexo causal entre a sua conduta e o resultado morte.
- (C) Paulo deverá responder por homicídio culposo, porque previsível que a queda por ele operada poderia causar a morte da vítima.
- (D) Paulo deverá responder por tentativa de homicídio por força do surgimento de causa superveniente relativamente independente que, por si só, causou o resultado.
- (E) Paulo deverá responder por tentativa de homicídio, por força do surgimento de causa superveniente absolutamente independente.

64

Após descarregar toda a arma contra a vítima, assim agindo com o escopo de matá-la, João resolve socorrê-la e a leva para o hospital em seu próprio veículo. Realizado o atendimento médico adequado, a vítima é salva, inobstante as lesões graves decorrentes daqueles disparos.

Diante deste quadro, assinale a afirmativa correta.

- (A) É hipótese de reconhecimento de desistência voluntária e João deve ser absolvido por política do legislador.
- (B) É hipótese de arrependimento posterior e João deve ter a pena reduzida.
- (C) É hipótese de arrependimento eficaz e João deverá responder por lesão corporal grave.
- (D) É hipótese de arrependimento eficaz e João deverá responder por tentativa de homicídio.
- (E) É hipótese de desistência voluntária e João deverá responder por lesão corporal grave.

65

Sobre os *recursos* em geral, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há no Código de Processo Penal vigente a possibilidade de recurso de ofício pelo juiz.
- (B) Terceira pessoa, ainda que não tenha interesse direto na decisão, pode recorrer na busca do incremento da pena.
- (C) Ainda que intempestividade tenha sido causada por erro ou omissão dos funcionários da justiça, com base no princípio da segurança jurídica, o recurso nesta condição não poderá ser admitido.
- (D) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- (E) O recurso em sentido estrito, a apelação, o protesto por novo júri e os embargos infringentes, são espécies de recursos previstos no Código de Processo Penal.

66

As alternativas a seguir apresentam *medidas cautelares* diversas da prisão, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Monitoramento eletrônico.
- (B) Limitação de final de semana, devendo o acusado permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- (C) Fiança nos crimes que a admitem.
- (D) Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.
- (E) Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.

67

Sobre a *busca e apreensão*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A busca domiciliar não poderá ser determinada de ofício pelo juiz, dependendo de requerimento de qualquer das partes.
- (B) A busca domiciliar será executada de dia, podendo se realizar à noite se consentida pelo morador.
- (C) No caso de o morador não autorizar a realização da busca legalmente determinada, o executor da ordem poderá arrombar a porta e forçar a entrada.
- (D) A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
- (E) O executor da busca, quando o morador estiver ausente, fica autorizado a arrombar a porta, devendo a diligência ser assistida por qualquer vizinho presente.

68

Com relação à *ação penal privada*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito de ação na inércia voluntária do ofendido, pode ser exercido por seu cônjuge ou descendente.
- (B) Na ação penal privada vigora o princípio da indisponibilidade.
- (C) Na ação penal privada não se aplica o perdão da vítima como forma de extinção da punibilidade.
- (D) Na ação penal privada vigora o princípio da indivisibilidade.
- (E) São modalidades: exclusivamente privada, personalíssima, subsidiária da pública e condicionada à requisição do Ministro da justiça.

69

Quando o agente é perseguido logo após a infração, em situação que faça presumir ser o autor do fato, configura hipótese de flagrante

- (A) próprio.
- (B) impróprio ou quase flagrante.
- (C) presumido.
- (D) esperado.
- (E) prorrogado.

70

De acordo com a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores, sobre o *Habeas Corpus*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *habeas corpus* somente pode ser impetrado por advogado regularmente inscrito na OAB.
- (B) Não cabe *habeas corpus* para combater ordem de prisão proferida por juiz incompetente, devendo a impugnação ser feita pela via da exceção de incompetência.
- (C) Não pode o *habeas corpus* ser utilizado na busca do trancamento da ação penal por força de manifesta atipicidade comportamental.
- (D) O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substituto do recurso ordinário constitucional.
- (E) Não pode o Tribunal conceder *habeas corpus* de ofício.

Legislação do Estado do Amazonas

71

Segundo a Lei Complementar n. 17/97 – Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas –, a Corregedoria Geral de Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o território do Estado do Amazonas, será exercida por um Desembargador com o título de Corregedor Geral de Justiça.

O Corregedor Geral de Justiça será substituído, em suas faltas e impedimentos,

- (A) pelo Corregedor-Auxiliar.
- (B) pelo Desembargador que se lhe seguir na ordem de antiguidade.
- (C) pelo Vice-Corregedor.
- (D) pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
- (E) por um Desembargador por ele indicado.

72

São atribuições do Corregedor Geral de Justiça, além da inspeção e correição permanentes dos serviços judiciários, as listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Apresentar, ao Tribunal, os relatórios anuais remetidos pelos Juízes e organizar as estatísticas respectivas.
- (B) Baixar instrução para redistribuição de processos, livros e papéis cartorários, quando necessário.
- (C) Receber, processar e decidir as reclamações contra serventuários da justiça, na forma prevista neste Código, impondo-lhes penas disciplinares.
- (D) Conceder remoção e permuta aos Desembargadores, de uma para outra Câmara.
- (E) Instaurar processos de abandono de cargo dos serventuários de Justiça.

73

Os serviços auxiliares judiciais da Justiça de Primeiro Grau da Comarca de Manaus **não** compreendem

- (A) a distribuição dos feitos judiciais.
- (B) as partilhas e Leilões.
- (C) a perícia médica.
- (D) o depósito público de bens apreendidos.
- (E) a contadoria.

74

As correições, a cargo da Corregedoria Geral de Justiça, poderão ser gerais ou parciais. Sobre as correições gerais, é correto afirmar que

- (A) as correições gerais abrangem todos os serviços judiciais e extrajudiciais do Estado do Amazonas, concomitantemente.
- (B) as correições gerais abrangem os serviços judiciais e extrajudiciais de uma Comarca ou de apenas uma Vara, bem como de ofícios notariais e de registros.
- (C) as correições gerais abrangem todos os serviços judiciais do Estado do Amazonas, mas não os extrajudiciais.
- (D) as correições gerais abrangem exclusivamente os serviços judiciais da Comarca da Capital.
- (E) as correições gerais abrangem todos os serviços extrajudiciais do Estado do Amazonas, mas não os judiciais.

75

A Lei n. 1.762/86 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas – traz algumas definições a serem adotadas no âmbito de sua incidência.

Dentre as definições listadas a seguir, assinale a **incorreta**.

- (A) *Classe* – é o conjunto de cargos de diferentes denominações e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento diversos.
- (B) *Lotação* – é o número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.
- (C) *Série de Classes* – é o conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.
- (D) *Funcionário* – é a pessoa legalmente investida em cargo público.
- (E) *Cargo* – é a designação do conjunto de atribuições e responsabilidades cometidos a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

76

Sobre as atribuições dos Presidentes de Câmaras, segundo a Lei Complementar n. 17/97, analise as afirmativas a seguir.

- I. Exigir dos funcionários da Secretaria do Tribunal a prática dos atos necessários ao regular funcionamento da Câmara, e o cumprimento de suas decisões, respeitadas as prerrogativas do Presidente do Tribunal de Justiça.
- II. Designar dia para julgamento dos feitos, organizar e fiscalizar a pauta das reuniões, assinando os Acórdãos com o Juiz que participar do julgamento como relator.
- III. Sustar a decisão do mérito e remeter ao Tribunal Pleno, para julgamento, o processo em que os Juízes concluírem pela inconstitucionalidade da Lei ou ato normativo do poder público.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

77

Sobre as competências do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, segundo a Lei Complementar n. 17/97, analise as afirmativas a seguir.

- I. Participar do Conselho da Magistratura.
- II. Propor ao Tribunal declaração de regime de exceção de qualquer Comarca.
- III. Determinar a baixa de processos, julgar desertos os recursos, resolver os incidentes surgidos e mandar cumprir os Acórdãos das Câmaras Reunidas.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

78

Compete aos Juízes de Direito de 1ª Entrância, originariamente, em matéria cível, na forma da Lei Complementar n. 17/97, processar e julgar os itens listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Os feitos de jurisdição contenciosa ou voluntária de natureza cível ou comercial e os correlatos, processos cautelares e de execução.
- (B) As ações concernentes à comunhão de interesse entre portadores de debêntures e ao cancelamento de hipoteca em garantia destas.
- (C) Os feitos que, por força da Lei, devem ter curso no juízo universal de falência ou concordata.
- (D) As justificações, vistorias, notificações, protestos, interpelações e demais processos preparatórios destinados a servir de documentos.
- (E) As ações diretas de inconstitucionalidade.

79

São deveres do funcionário, segundo o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas, além do exercício das atribuições de seu cargo,

- I. a assiduidade e a pontualidade.
- II. o sigilo sobre os assuntos da repartição.
- III. a urbanidade com companheiros de serviços e público em geral.

Assinale:

- (A) se somente o item I estiver correto.
- (B) se somente o item II estiver correto.
- (C) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (D) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

80

Com relação às *incompatibilidades* no exercício da Magistratura, previstas na LC n. 17/97, assinale a afirmativa correta.

- (A) No Tribunal, não poderão ter assento na mesma Turma, Câmara ou grupo de Câmaras, cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral, até o 2º grau.
- (B) No Tribunal, não poderão ter assento na mesma Turma, Câmara ou grupo de Câmaras, cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, em linha reta, bem como em linha colateral, até o 4º grau.
- (C) Nas sessões do Tribunal Pleno, o primeiro dos membros mutuamente impedidos que votar, excluirá a participação do outro no julgamento.
- (D) No mesmo juízo não podem servir, conjuntamente como Juiz de Direito ou Substituto, parentes consanguíneos ou afins até o 2º grau.
- (E) São nulos os atos praticados pelo Juiz, antes de se tornar incompatível.

Realização

